

SALAZAR E A ABRILADA DE 1961

RESUMO: O Embaixador Fernando de Castro Brandão fala-nos do ano de 1961 em Portugal que descreve como o “annus horribilis” para António de Oliveira Salazar. Neste contexto, apresenta uma cronologia e a descrição de factos que apoiam o conhecimento de um trecho da História sob uma perspetiva de quem viveu a época e tem uma capacidade analítica de exceção.

PALAVRAS-CHAVE: História de Portugal. Salazar.

SALAZAR AND THE APRILADA OF 1961

ABSTRACT: Ambassador Fernando de Castro Brandão tells us about the year 1961 in Portugal that he describes as the "annus horribilis" for António de Oliveira Salazar. In this context, it presents a chronology and the description of facts that support the knowledge of a passage of History from a perspective of who lived the time and has an analytical capacity of exception.

KEY-WORDS: History of Portugal. Salazar.

1961 representou o “annus horribilis” para António de Oliveira Salazar. A 23 de Janeiro dá-se o assalto ao paquete Santa Maria por Henrique Galvão; a 4 e 11 de Fevereiro os ataques “terroristas” em Luanda; a 15 de Março o massacre de brancos e negros no Norte de Angola pelos bandos da UNITA e, no mês seguinte, o golpe de Botelho Moniz ou a Abrilada.

No plano diplomático os Estados Unidos da América alteram a sua política de benevolência para com o “colonialismo” português e o Brasil deixa de alinhar incondicionalmente com as posições do Governo de Lisboa.

Esta confluência de factos terá tido um forte efeito psicológico sobre algumas esferas superiores militares. Dizendo-se cansados de proporem medidas mais céleres para a reestruturação das Forças Armadas, incipientemente iniciada em 1958, um grupo de oficiais, encabeçado por três membros do Governo, decidiram avançar para um movimento sedicioso. Bem ao contrário do que se afirma, não se tratou de uma conspiração. A oposição e o mal-estar desses militares eram bem conhecidos e a sua acção nunca foi camuflada.

Os mentores da preparação do golpe, que não se deu, ocupavam cargos de destaque: Júlio Botelho Moniz, Ministro da Defesa; Afonso Almeida Fernandes, Ministro do Exército e Francisco da Costa Gomes, Subsecretário de Estado do Exército.

Para uma melhor compreensão do evoluir da trama, importa sintetizar a sucessão dos acontecimentos:

-7 de Fevereiro de 1961- Em Conselho de Ministros o titular da Defesa Botelho Moniz declara-se altamente preocupado com a recente eclosão do terrorismo em Angola.

Dias depois, aquele membro do Governo encontra-se com o Embaixador americano, a quem terá adiantado o propósito de apresentar ao Chefe do Governo a exigência de ser alterada a política respeitante às possessões ultramarinas portuguesas.

-4 de Março- Charles Burke Elbrick, Embaixador norte-americano, recebe instruções para comunicar a Salazar a decisão de Washington de não continuar a apoiar a política africana de Portugal.

Logo de seguida e mesmo antes de proceder à diligência, o diplomata convida o general Botelho Moniz para um almoço, a quem transmite o teor das supracitadas instruções.

-7 de Março- Audiência concedida pelo Presidente do Conselho ao Embaixador Elbrick. Apresentação da proposta para que Portugal procedesse a reformas tendentes a um concreto desenvolvimento político, económico e social no Ultramar, com vista a “uma completa autodeterminação dentro de um prazo razoável”.

-Fins de Março- Missiva de Botelho Moniz a Salazar. Segundo o biógrafo deste último, Embaixador Franco Nogueira “por entre o desalinho e primarismo da prosa e as frases vagas apreendidas à prensa, a carta reproduz o ânimo de alguns sectores da oficialidade.”

-27 de Março – Oliveira Salazar convoca o Conselho de Defesa Nacional. O problema militar em Angola recolhe o parecer geral de que estaria resolvido; impunham-se agora operações “de limpeza e de policiamento”. Os Ministros da Defesa e do Exército estão ausentes, o primeiro em veraneio no Algarve e o segundo em Fátima.

-28/29 de Março- O Chefe do Governo recebe Botelho Moniz, com quem mantém longas conversas; analisam a carta dele recebida: “esta descreve objectivos, não define políticas para os prosseguir”.

-1 de Abril- Oliveira Salazar desloca-se à residência do Chefe de Estado que aponta na sua agenda: “não fiquei animado com a conversa, antes pelo contrário”.

-3 de Abril- O Presidente da República convoca o Ministro da Defesa a Belém. Este reclama de imediato as reformas das Forças Armadas que tardavam; e ameaça mesmo abandonar o elenco governativo se tal não se efectuasse. Américo Tomaz procurará serená-lo, aconselhando-o a que consultasse os comandos castrenses, para avaliar o que pensavam da crise instalada.

E, de facto, assim actuou o responsável pela Defesa. Mas ao chamamento feito para reuniões no Conselho Superior do Exército, quer a Marinha, quer a Aeronáutica só a princípio se fizeram representar, primando pela ausência em sessões posteriores. Unicamente a nível do Exército, mormente do Governo Militar de Lisboa e dos quartéis-generais do Porto e Tomar houve resposta e presença. Sabia-se ainda que dois batalhões da Escola Prática de Infantaria (EPI) de Mafra estariam prontos e dispostos a secundarem o movimento sedicioso.

Além deste vazio de adesões, avulta a dicotomia existente, desde o início, entre os dois principais cérebros da conjura: para o Ministro da Defesa não se hesitaria em adoptar a via da força como meio para os fins em vista; já para o seu colega do Exército, era de rejeitar, à partida, qualquer forma de radicalismo.

Quanto ao terceiro elemento, o Tenente-Coronel Costa Gomes, nada se sabe, fazendo jus ao insondável carácter que já então revelava.

-6 de Abril- O Presidente da República torna a receber o Chefe do Governo: análise prolongada do que se vai sabendo...

-8 de Abril- Reunião em casa do General Botelho Moniz à qual, do triunvirato, só comparece Costa Gomes, porque Almeida Fernandes, Ministro do Exército, se ausentara para Fátima. Segundo o Coronel Fernando Valença no seu livro “A Abrilada de 1961”, para “entregar-se a uma reflexão mais profunda e mais calma, em favorável ambiente espiritual”.

-9 de Abril- O Chefe de Estado conferencia com Salazar, mais uma vez, por cerca de duas horas.

-Almeida Fernandes é chamado de Fátima para uma reunião em casa de Botelho Moniz.

-10 de Abril- O Presidente da República recebe o Ministro da Defesa. Este, sem delongas, apresenta-lhe um verdadeiro ultimato: Salazar devia ser removido das funções que exercia; estava tudo preparado, inclusive um avião para o levar para a Suíça!....

-11 de Abril- O Subsecretário de Estado da Aeronáutica, Coronel Kaulza de Arriaga desloca-se ao gabinete do Ministro do Exército e expõe-lhe as suas apreensões sobre agitação existente entre certa oficialidade. Almeida Fernandes nas explicações que fornece torna claro que não daria o seu beneplácito se Botelho Moniz optasse pela força. E confessou ainda, não ter a garantia de que o Exército lhe obedeceria. À pergunta se tinha ideias sobre a remodelação ministerial requerida, limitou-se a dizer que apenas pretendia que ela fosse feita o mais rapidamente possível. Quanto aos potenciais substitutos, nem uma palavra...

- Satisfazendo novo pedido de audiência dos Ministros da Defesa e do Exército, o Chefe de Estado marca-a para o dia 12 às 16h00. Inconformados com a delonga, insistem na urgência que tinham. Américo Tomaz acede e antecipa-a para a volta da meia noite de 11.

Neste meio tempo o Presidente da República, por intermédio do Chefe da Casa Militar, faz saber ao Coronel Kaulza de Arriaga que achava avisado colocar-se a Força Aérea de prevenção, o que é de imediato executado.

Mais ainda: logo após o jantar Américo Tomaz recebe o Presidente do Conselho. O objectivo é pô-lo ao corrente dos últimos desenvolvimentos e reiterar-lhe, de viva voz, a sua confiança política. A posição clara estava tomada sem ambiguidades, contrariando a ideia, comumente aceite, de que o Chefe de Estado não passava de uma peça de adorno no cenário político da época.

-12 de Abril- Do diálogo depois havido entre o Presidente e os titulares da Defesa e do Exército, deve reter-se o seguinte: Botelho Moniz é quem conduz a conversa; indo directamente ao assunto declara que, em nome do interesse nacional, as Forças Armadas pretendiam a exoneração do Chefe do Governo. O propósito foi secundado por Almeida Fernandes.

O encontro durou até cerca das quatro horas da manhã e teve um desfecho inesperado. Dos argumentos de Botelho Moniz o Ministro do Exército mostrou-se discordante, quando aquele colocou a hipótese de se utilizar a força, caso necessário. Ambos se travam de razões perante o papel de observador que passou a caber ao Presidente da República. A questão mantinha-se assente na alternativa quanto ao objectivo final do pronunciamento: destituir o Presidente do

Conselho Oliveira Salazar ou, simplesmente, reformular o elenco governativo. Continuava, portanto, o impasse na clarificação das intenções últimas dos sediciosos.

Já pelo meio da tarde o Ministro da Defesa, secundado pelo do Exército, convoca à sua presença o Subsecretário da Aeronáutica. Apresentou-se este, como era mister, e a quem Botelho Moniz desferiu de imediato a pergunta: quem autorizou a prevenção ordenada à Força Aérea? Kaúlza de Arriaga, sem hesitação, respondeu-lhe: eu.

A reacção de titular da Defesa extravasou os limites do decoro e das boas maneiras. Despedindo-o do gabinete, brinda-o com os epítetos de “velhaco e desleal.”

-13 de Abril- Chega-se, finalmente, ao dia decisivo da Abrilada. Aquele apazado por Botelho Moniz para a decisão última: depor ou não o Chefe do Governo, além da remodelação do executivo e, porventura ainda, a substituição do Presidente da República. Para este último cargo aventava-se o nome do Marechal Craveiro Lopes, antigo Chefe de Estado, aderente ao movimento, mas cujo papel efectivo nunca se viu bem esclarecido... Falava-se que a Presidência do Conselho de Ministros seria temporariamente exercida pelo próprio Botelho Moniz e, mais tarde, talvez por Marcello Caetano, que não tinha aderido à conjura.

Logo pela manhã os Ministros da Defesa e do Exército recebiam cartas, endereçadas pelo Presidente Américo Tomaz, nas quais claramente se rejeitava qualquer hipótese de demissão de Oliveira Salazar.

Por essa altura chegava a Lisboa, proveniente do estrangeiro, o General Albuquerque de Freitas, Chefe do Estado Maior da Força Aérea e o único oficial da Arma até agora identificado com a sedição.

Entrementes, ainda durante a manhã, Oliveira Salazar reunia com alguns conselheiros próximos. Entre eles salientava-se Mário de Figueiredo, amigo chegado, e o único que aludia ao aspecto disciplinar da questão, exigindo punições severas para os responsáveis.

Da sua parte o Presidente do Conselho não evidenciava tensão ou inquietude. Como regista Franco Nogueira, completará o “expediente da crise”, lavrando os diplomas a exonerarem Botelho Moniz, Almeida Fernandes e Costa Gomes, entre outros, imediatamente expedidos para o Diário do Governo.

No entanto, posto que as demissões não eram ainda conhecidas pelos visados, Botelho Moniz manterá a reunião final para essa tarde às 17h00.

De facto, o conhecimento público dos ‘despedimentos’ só será conhecido às 15h00, difundido pela Emissora Nacional.

Embora mera especulação, aventa-se a probabilidade de que o Ministro da Defesa alimentasse ainda qualquer lampejo de esperança em contar com alguma força operacional. Nesse caso seriam apenas os dois referidos batalhões da Escola Prática de Infantaria (EPI) de Mafra. Franco Nogueira refere que terão sido expedidas ordens por Botelho Moniz para que aquele contingente avançasse sobre Lisboa e tomasse posições estratégicas. Tal nunca aconteceu porque essas ordens foram sabotadas e jamais chegaram ao seu destino.

Já com as demissões conhecidas um pequeno grupo acudiu ao palacete da Cova da Moura. Tratava-se do acto final de um golpe anunciado, pretensamente conspiratório, com a crença de alcançar soluções fáceis para um momento nacional muito difícil.

A reunião não terá passado de mais um episódio de todo um processo mal concebido, pessimamente dirigido e pior organizado.

Omitindo pormenores, bastará dizer que o encontro foi breve e que a intervenção inicial do General Albuquerque de Freitas terá sido suficiente para chamar à razão todos os presentes.

A aventura terminara sem glória. Os intervenientes, ao saírem do edifício, já não encontraram os seus carros oficiais a aguardá-los...

No rescaldo do golpe militar rotundamente falhado, esperar-se-ia uma pronta retaliação do Governo, através de exemplares punições, aliás bem merecidas. Mister é sublinhar que os oficiais sublevados não pretendiam somente uma reestruturação das Forças Armadas. Isso até se compreendia, atento o drama do “terrorismo” deflagrado em Angola muito recentemente. Como regista Luís Nuno Rodrigues no estudo “Marechal Costa Gomes – no centro da tempestade” visava-se muito mais: “convencer o Presidente do Conselho da necessidade de efectuar e concretizar o conjunto de reformas por eles defendidas...” E essa eram, para além das de cunho especificamente profissional, medidas susceptíveis de operar uma abertura política, económica e social do regime.

Está-se, portanto, perante uma postura claramente politizada, ultrapassando todas as barreiras de uma mera questão corporativa.

Surpreendentemente, Oliveira Salazar tomará uma atitude extremamente benévola, quiçá mesmo tímida, face à gravidade das ocorrências. Se não, vejamos: Botelho Moniz, General do Exército, Ministro da Defesa, que antes o fora do Interior, tem o bom senso de requerer a passagem à Reserva, que lhe é imediatamente concedida.

O Coronel Almeida Fernandes, Ministro do Exército, é colocado no Estado Maior, embora sem funções especificamente atribuídas. Todavia, acabará a sua carreira militar no posto de Brigadeiro.

Em relação ao Tenente-Coronel Costa Gomes é nomeado para o comando do RL 1, Regimento de Lanceiros, em Elvas. Por dois anos exerce funções no Distrito de Recrutamento e Mobilização de Beja. Segue-se-lhe uma progressão sem escolhos e rápida. Como Brigadeiro assume o comando da Região Militar de Moçambique. Já no Governo marcelista ocupará o cargo de Comandante-Chefe da Região Militar de Angola, até guindar-se à Chefatura do Estado no período democrático.

Quanto ao General da Aeronáutica Albuquerque de Freitas, passará à reserva por sua solicitação.

Caberá, por isso, perguntar, por que razão o ‘temido’ Chefe do Governo terá reagido de forma tão indulgente? Creio que só o próprio poderia dar resposta cabal. Contudo, aventuro-me a alinhar duas possíveis razões.

Posto que nunca foi realmente conhecida a extensão do mal-estar existente nas Forças Armadas, nem sequer há ideia de quantos estariam convictamente dispostos a avançarem com o golpe, fossem quais fossem as consequências, é admissível que Salazar preferisse não afrontar uma instituição de cujo suporte, em última instância, dependia o próprio poder político.

Muitos anos mais tarde e já Marechal, Francisco da Costa Gomes respondia assim a uma entrevista conduzida por Manuela Cruzeiro: “Julgo, de facto, que houve um tratamento de condescendência. Mas também não duvido de que foi uma atitude muito bem preparada por

Salazar. O facto de não me ter passado à reserva representou a possibilidade de eu comandar tropas em campanha, e na altura não havia muitos oficiais qualificados para essas funções”. Reconheça-se que modéstia não lhe falta...

Haveria também da parte do governante o reconhecimento de que urgia tomar medidas de defesa para a nova realidade da guerra ‘subversiva’. Muitas das reformas propostas pelas cúpulas militares, ainda que aceites, sofriam na sua execução atrasos consideráveis. Daí o ter Salazar assumido de imediato a pasta da Defesa e, no discurso proferido naquela mesma noite do dia 13, declarar categoricamente: “Para Angola, rapidamente e em força”.

Não parece restar dúvidas que houve como que um despertar da “velha raposa” para a eminência de uma tragédia, se não fossem tomadas enérgicas e urgentes providências. E estas, efectivamente, não tardaram.

Por outra parte, no plano externo, o cenário tornara-se sombrio. Quer os Estados Unidos da América de John Kennedy, quer o Brasil de Jânio Quadros deixaram de alinhar com a política ultramarina de Lisboa.

Não foi inocente a tentativa de colagem do General Botelho Moniz ao Embaixador americano Charles B. Elbrick. Recorde-se que, enquanto os figurantes da Abrilada se movimentavam, o Ministro da Defesa alimentava um contacto regular com o diplomata, até às vésperas do desenlace da montagem golpista.

Se outra razão não existisse para um castigo exemplar bastaria, a meu ver, esta inqualificável atitude de um Ministro, e para mais General, partilhar com um representante diplomático os meandros de uma acção hostil contra o seu próprio governo! Sobre esta conduta, nunca topei com nenhuma crítica na historiografia posterior...

Para encerrar este capítulo do Estado Novo ou 2.^a República e sem escarpelizar as razões do malogro deste ensaio de golpe militar, tudo converge para a conclusão de ter havido uma manifesta e comprovada incompetência. Realmente, se no auge da organização para a insurgência os dois principais protagonistas se ausentam, um para o Algarve a banhos e outro para Fátima em retiro espiritual, pode aquilatar-se o amadorismo irreflectido com que actuavam.

Mas o que mais assombra é a total ignorância sobre o real poder operacional com que contariam. A este propósito cumpre registar o depoimento prestado pelo Subsecretário do Exército Tenente-Coronel Costa Gomes à citada entrevistadora Manuela Cruzeiro: Estávamos convencidos que tínhamos todas as forças a nosso favor (excepção feita à Aviação e à Marinha, mas essas não faziam falta nenhuma)”.

Brada aos céus que um cabo de guerra e decantado estratega, possa sequer admitir o êxito da cabala apenas com o concurso do Exército!!!

FERNANDO DE CASTRO BRANDÃO

Embaixador de carreira jubilado